

Lyra admite que não consultou os nomeados

BRASILIA — O Ministro da Justiça, Fernando Lyra, admitiu ontem que os 50 escolhidos para integrar a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais não receberam convites oficiais do Governo antes da divulgação da lista, na segunda-feira. (O jurista Fábio Konder Comparato, um dos indicados, recusou-se a participar da Comissão).

Lyra explicou que entrou em contato com alguns dos indicados durante os entendimentos para a formação da Comissão, mas achou que outros — como Comparato — “estavam inseridos no contexto”. Segundo ele, essas pessoas constavam da lista inicial de Tancredo Neves, tiveram seus nomes amplamente divulgados pela imprensa e nunca disseram que não aceitariam o convite.

O Ministro citou como exemplo o advogado Edgar da Matta Machado, que não recebeu convite formal, mas foi incluído na Comissão “de forma natural”. Lyra explicou que apenas duas pessoas foram oficialmente convidadas pelo Presidente Tancredo Neves: os juristas Afonso Arinos, o Presidente da Comissão, e Paulo Brossard.

Segundo Lyra, Comparato foi citado pelo Presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, e pelo Cardeal-Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Eva-

risto Arns, em conversas com o Ministro. Lyra disse ter achado, então, que a indicação já era conhecida pelo jurista.

O Ministro informou que os nomeados que desistirem de participar da Comissão serão substituídos, pois o Governo pretende manter em 50 o número de membros, fixado por decreto. Lyra e Arinos marcaram um encontro para segunda-feira, no Rio, para discutir os detalhes da instalação da Comissão, no dia 2 ou 3 de setembro, em Brasília.

Lyra considerou naturais as críticas à representatividade da Comissão, feitas até mesmo por pessoas nomeadas para participar, como o Diretor do Dieese, Walter Bareli. O Ministro afirmou, referindo-se à observação de que a Comissão tem quatro empresários e apenas um sindicalista, que “ela não é Assembleia Nacional Constituinte, que, quando vier, poderá ter cem trabalhadores para um empresário”. O Ministro acha que a polêmica criada a partir da divulgação dos nomes “mostra que o debate começou muito bem”.

— A Comissão tem que ser polêmica, não pode ser uma Comissão de redatores. A sua própria representatividade já traz um debate — afirmou, acrescentando que, “se ela fosse unânime, seria muito ruim”.

O Ministro disse que o espírito da Comissão é exatamente este: ser um fórum de debates. Como é a contribuição do Executivo à Constituinte, “quem decide sobre a nomeação de seus membros é o Executivo”.

O Secretário-Executivo da Comissão, Mauro Santayana, disse que ainda não há definição sobre o cronograma ou método de trabalho, porque a Comissão se auto-regulará. Em sua primeira reunião, que deverá ser no dia da instalação, a Comissão deliberará sobre seu funcionamento.

Respondendo críticas sobre a falta de representatividade da Comissão, o Secretário afirmou que, na escolha dos membros, não se pretendeu abranger todos os setores da sociedade brasileira.

— O Presidente fez uma comissão de cidadãos e, a nosso juízo, o título de cidadão é superior ao título de qualquer corporação a que o cidadão pertença — afirmou.

● Mais tarde, em Curitiba, o Ministro da Justiça, Fernando Lyra, defendeu a realização de um plebiscito após a elaboração da nova Constituição, para que o texto final seja referendado pela opinião pública. Lyra manifestou-se contrário à eleição de candidatos avulsos à Constituinte, embora salientando que a decisão cabe exclusivamente ao Congresso.